

A PLURALIDADE DA “TERRA
BÍBLICA”: CONSTRUÇÃO
E RECONSTRUÇÃO
DE UM ARQUÉTIPO

*The plurality of the “Biblical Land”:
development and redevelopment
of an archetype*

SOFIA CARDETTAS BEATO

scbeato@hotmail.com

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8502-919X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-6_1

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 13/02/2020

Biblos. Número 6, 2020 • 3.^a Série

pp. 13-27

RESUMO.

O universo religioso cria diversas espacialidades. Por conseguinte, religião e espaço são duas entidades intrinsecamente ligadas. O judaísmo construiu, na sua gênese, uma espacialidade que perdurou no tempo e, por extensão, no cristianismo. Pela circulação e pela interação culturais, nasceram vários espaços na sua órbita, os quais constituiriam a realidade geográfica “Terra Bíblica”. Esta — o nosso objeto de estudo — constitui um espaço homogêneo para os estudiosos da Ciência da Religião: um sistema de referência ou modelo que é capaz de assumir o geral/particular, o centrado/acentrado, o universal/singular. Colmatando o desencontro de informações terminológicas e de datação existentes entre alguns estudos, asseguramos, tendo presente sincronia e diacronia e as fontes bíblicas e extra-bíblicas, a visibilidade deste arquétipo.

Palavras-chave: Bíblia; Espaço; Temporalidades; Memória; Culturas.

ABSTRACT.

The religious “universe” creates spatialities. Therefore, religion and space are two intrinsically related entities. In its genesis, Judaism built a spatiality that has lasted through time and, by extension, through Christianity. As a result of cultural circulation and interaction, several territories emerged around its orbit, which would later become the “Biblical Land”. Such land is our object of study and a homogeneous space for Religion Studies: a system of reference or model capable of assuming the general/particular, centred/uncentred, and universal/singular. We ensure the visibility of this archetype by taking into account synchrony and diachrony, as well as biblical and extra-biblical sources, thus filling the mismatch of terminological and chronological information between some studies.

Keywords: Bible; Space; Temporalities; Memory; Cultures.

Dado que os movimentos sociais são geradores/construtores de espaço, no qual está o espaço religioso, a sua construção implica múltiplas faces, entre as quais os sítios e as circunstâncias, tão importantes para a historicidade das religiões. O conceito “Terra Bíblica”, ilusoriamente singular, envolve uma larga variedade de espaços “de diferenciação” (Petitot, 1987: 73) não independentes, graças à circulação e interação culturais, pelo que pressupõem um imperativo — a comparação¹.

São eles: Canaã/ Terra de Canaã; Fenícia, Síria-Fenícia da época selúcida e Cele-Síria; Filisteia/ Terra dos Filisteus, Síria-Palestina e Palestina; Israel; Terra Santa e Terra Prometida². Ao serem situados no tempo, comportam diferentes tipos de análise, visto que são oriundos de textos bíblicos, extrabíblicos³, emergiram em contextos díspares e, posteriormente, foram adaptados para um novo uso. A pluralidade de tempos implica “cortes na homogeneidade do espaço” (Catroga, 2015: 23).

Cada um quer significar uma realidade precisa: ao nível social, político, geográfico e religioso⁴. Mostram-se, “por um lado, inteiramente centrais dentro do edifício da história literária bíblica e [...] na função de expressarem vivamente as encruzilhadas de ligação entre este mundo da Bíblia e as realidades históricas que a rodeavam” (Ramos, 1996-1997: 187)⁵. Alguns são memórias desta Terra, outros estão na gênese do conflito⁶ que perdurou ao longo de séculos, o qual não

¹ Para Claude Calame, ela “n’est ni phénoménologique, ni même contrastive, mais propement anthropologique” (Calame, 2012: 43).

² Mapas significativos do território que estudamos encontram-se em Curtis, 2007 e Pritchard, 2006.

³ Chwartz atribui o mérito da interdisciplinaridade dos estudos bíblicos, precisamente, às descobertas das variadas fontes do Próximo Oriente Antigo a partir do século XI (Chwartz, 2014: 12). Vejam-se os seus demais capítulos sobre o assunto.

⁴ O último, embora de grande interesse, acrescentado ao estudo dos primeiros, tornaria este artigo demasiado extenso, devido ao facto de os materiais disponíveis se apresentarem tão numerosos, como dispersos.

⁵ Apesar de não se referir a estes, a sua expressão sinaliza a importância para o estudo da Bíblia, para a compreensão da cultura bíblica e da Antiguidade, clarificada adiante.

⁶ Não significando, necessariamente, violência, o conflito está associado a ela na maior parte dos casos (Pires, 2018: 265-286).

se dissocia de uma memória de um sujeito que evoca paixões, emoções e afetos, visto ser uma operação de resgate⁷.

Não se tratando, portanto, de uma sinalização de territórios, analisaremos a realidade “Terra Bíblica”, dando a essa análise um enfoque teórico-teológico, sem o qual permaneceriam os equívocos que se foram associando às identidades geográficas⁸.

A TERRA DE PROMESSAS – CANAÁ

À pergunta “Canaá: realidade geográfica ou teológica?” (Alves, 2011: 74), de Olivier Artus, respondemos de forma copulativa, no sentido em que vários textos bíblicos recorrem à geografia como lugar teológico.

A primeira referência escrita conhecida de Canaá é de cerca de 1800 a.C. Localizada num texto oriundo de Mari (Tell Hariri, Síria), escreve-se que os homens de Canaá estão em *Rashisum* e as tropas de Mari encontram-se próximas para lhes fazerem frente, aludindo à existência dos cananeus⁹. Noutra carta de Mari, do século XVIII a.C., mencionam-se os *kinahmus* (cananeus) e os *hapirus* (hebreus).

É a partir das tabuinhas de Nuzi (Yorghhan Tepe, Iraque), notável achado de textos dos séculos XV e XIV a.C., que se começa a relacionar Canaá com o significado “lã púrpura” (*kinahhi*), um dos mais famosos produtos de Canaá, logo, *mat kinahhi*, “terra de lã púrpura”. Terra de Canaá foi, assim, um termo que passou do produto transacionado para, supomos que mais tarde, designar o nome da terra de onde provinha e, conseqüentemente, o nome daqueles que o comercializavam (cananeus). O mesmo processo vai suceder com o termo grego *phoenike*, púrpura, de onde deriva o nome de Fenícia.

Para o estudo da Terra Bíblica, uma das melhores fontes com referências aos meados do II milénio a.C. é o conjunto das cartas de Tell el-Amarna, cor-

⁷ Sobre o imaginário da memória, veja-se o guia de Catroga (Catroga, 2015).

⁸ “[...] l’histoire est faite de contradictions, de conflits, et qu’il en sera ainsi jusqu’à la fin des temps”, afirmou René Rémond (in Delumeau, 1996: 285).

⁹ Os textos não bíblicos foram consultados em *Israel e Judá: textos do antigo Oriente Médio*, 1985.

respondência trocada entre os governadores da província do norte do império egípcio, ou *Retenu*, e o faraó Amenófis IV. Permitem-nos concluir que Canaã é uma realidade geopolítica já existente no Bronze Médio (2200-1600 a.C.) e toda a região constituiu uma realidade singular para a hegemonia egípcia de então. As tribos israelitas referiram-se aos habitantes do país em Js 5, 1, Js 11, 3 e Nm 13, 29¹⁰ como cananeus: “Quando todos os reis dos amorreus, a ocidente do Jordão, e todos os reis dos cananeus, para os lados do mar, souberam que o SENHOR [i.e., YHWH¹¹] havia secado as águas do Jordão [...]” (Js 5, 1); bem como à terra de Canaã em Nm 34, 3-12, com uma pormenorizada descrição do país com fronteiras, certamente aquelas que ao tempo de David vêm a ser consideradas a extensão máxima do território do reino:

Tereis, pelo lado do sul, o deserto de Cin, ao alcance de Edom; esta fronteira do sul começará para vós na extremidade oriental do Mar Salgado. Depois, a fronteira irá para o lado do sul pela subida de Acrabim, passará por Cin e chegará ao sul de Cadés-Barnea; depois passará por Haçar-Adar e atravessará Asmon. De Asmon, a fronteira desviar-se-á para a torrente do Egípto e terminará no mar. A vossa fronteira ocidental será o Grande Mar; este será para vós a fronteira ocidental. Esta será a vossa fronteira do norte: do Grande Mar a demarcareis até ao monte Hor; do monte Hor a demarcareis até à entrada de Hamat e o seu limite será o confim de Cedad. A fronteira atingirá Zifron e o seu limite será em Haçar-Enan. Esta será a vossa fronteira do norte. Demarcareis a vossa fronteira oriental desde Haçar-Enan até Chafam. Descerá de Chafam até Ribla, a oriente de Ain

¹⁰ Para as citações bíblicas, fazemos uso de *Bíblia Sagrada. Tradução interconfessional* (2003), embora para a leitura e, conseqüentemente, a comparação, tenha sido mais útil a edição de *A Bíblia de Jerusalém* (1985), no sentido em que é mais facilmente legível e os livros bíblicos estão externamente assinalados.

¹¹ ‘SENHOR’ (nesta e nas seguintes citações bíblicas a apresentar) corresponde à tradução feita a partir da palavra hebraica *adonai*. Os massoretas atribuíram a יהוה a leitura *adonai*. Dever-se-ia, em rigor, recorrer à transcrição YHWH (יהוה), o tetragrama, dado que se trata de um *geré perpétuo* (ver Penkower, 2004). Estas e as próximas palavras hebraicas foram consultadas em *The complete Jewish Bible with Rashi commentary*, em linha, e em Green, 2005.

e, continuando a descer, seguirá a margem oriental do Mar de Quinéret. Descerá, enfim, ao longo do Jordão, terminando no Mar Salgado. Este será o vosso país com suas fronteiras. (Nm 34,3-12).

Js 15, 1-4, Ez 47, 15-20, Ez 48, 1. 28 corroboram as fronteiras do Livro dos Números mas já sem referir “país de Canaã”, prova de que os territórios das tribos foram incorporando diversos grupos e populações que aí viviam, assimiladas pouco a pouco, mormente no período de formação da monarquia. A estela de Idrimi, rei de Alalakh (Nchana, norte da Síria), de cerca de 1500 a.C., menciona-nos, para além dos hebreus, que o país de Canaã se estendia até ao norte de Biblos.

Em diversos outros textos bíblicos, “cananeus” parece querer indicar nobres e comerciantes que habitavam uma determinada zona — em Is 23, 8, Os 12, 8, Sf 1, 11. Não se concebe que os trazidos da Síria por Amenófis II fossem de grandes posses. A atividade comercial é muito evidenciada, nomeadamente a púrpura comercializada. Em Jb 40, 30 e Pr 31, 24, apercebemo-nos de que o comércio ficara em grande parte nas mãos dos cananeus durante a monarquia hebraica.

Com o Egípto, “toda a região de Canaã mantém solidariedades tão intensas que, no cap. 10 do Génesis, Egípto e Canaã são mesmo declarados irmãos, ambos filhos do epónimo dos habitantes do nordeste africano, Cam” (Ramos, 1996-1997: 155), implicando a supremacia histórica do Egípto, enquanto irmão mais velho: “Filhos de Cam: Cuch, Mesraim[Egípto], Fut, Canaã” (Gn 10, 6). O povo cananeu foi empurrado para sul depois de 2000 a.C., por invasão de hurritas e hicsos. Depois da conquista egípcia no século xv a.C., os cananeus viram as ocupações hebraica, filisteia e aramaica. Durante o Bronze Médio cananaico, Biblos, Ugarit e Meguido foram as três principais cidades de Canaã e, durante o Bronze Recente (1550-1200 a.C.), a proeminência coube a Ugarit, Biblos e Tiro. Os fenícios serão os mais diretos continuadores da cultura cananaica do Bronze Recente¹².

¹² Ramos (1991) vê a influência da cultura cananaica sobre a Fenícia. Mário Liverani (in Ramos, 1991: 58) considera “cananaico” e “fenício” nomes de uma quase mesma realidade e, séculos mais tarde, não deixaram de se intitular cananeus; também o artigo de Pérez Largacha (Pérez Largacha, 2003: 27-49) parte dessa inter-relação cultural, política e ideológica.

Deste modo, Canaã tem uma ligação direta com a hegemonia egípcia, a mais durável sobre o território, bem como com os textos bíblicos, entre os quais os mencionados, onde encontramos as suas fronteiras largamente pormenorizadas. A partir de Canaã, ao que virtualmente chamamos entre o rio Eufrates e o Egípto, se forma a Casa de Israel, com as doze tribos genesíacas. O desprezo hebraico pela cultura e pela religião cananaicas reflete-se, por exemplo, em Gn 9, 26, querendo-se aí representar os cananeus como um povo submisso.

PELA ORLA COSTEIRA CANANAICA – FENÍCIA E FILISTEIA

As notáveis diferenças entre a faixa costeira fenícia e a faixa costeira filisteia (palestinense) foram decisivas na história e cultura das duas regiões: a Fenícia, que teve que se abrir ao Mediterrâneo devido à sua barreira montanhosa acidentada a leste, possuía diversos portos naturais, o mesmo não acontecendo com a Filisteia.

Tendo em conta que a época histórica que mais marcou a metade norte da costa mediterrânica oriental foi a protagonizada pelos fenícios, acabou-se por convenciona-la como Fenícia. Apesar das conquistas de Alexandre tornarem as cidades daquela centros de difusão do helenismo no Médio Oriente, a época fenícia mais representativa e constituinte situa-se entre o II e o I milénio a.C. A ocupação romana, iniciada em 63 a.C., “não significou uma mudança maior quanto aos fatores culturais. A situação cultural continua a ser a de uma cada vez maior difusão de helenismo por toda a orla do Mediterrâneo oriental” (Ramos, 1996-1997: 187).

A emigração dos fenícios terá ocorrido em tempos pré-históricos, pelo sul ou pelo oeste, ocupando a faixa costeira da Síria e Líbano modernos, de Jebel Akra ao Monte Carmelo e à encosta oeste das montanhas, não se estendendo para o interior. Entre a queda de Creta, cerca de 1500 a.C., e o poderio marítimo grego, os fenícios exerceram o monopólio da navegação no Mediterrâneo e são conhecidos os seus múltiplos fenómenos de expansão. Antes da época considerada clássica do I milénio a.C., Biblos e Ugarit destacam-se na manutenção do modelo fenício. Entre os séculos IX e VI a.C., destacaram-se Tiro e Sídón. Com a divisão do império de Alexandre, a região passou a fazer parte do império de Seleuco e, depois da batalha de Bânicas, em 200 a.C., os selêucidas dominaram também a zona sul, uni-

ficando o território numa província — a Síria-Fenícia, posteriormente denominada Cele-Síria¹³ (“Síria oca [côncava]”, pelo seu vale entre os montes do Líbano e do Antilíbano, presentemente Beq’á) e Fenícia.

Entre 1200 e 750 a.C., foram estreitas as relações culturais e políticas do povo israelita com os fenícios. A sua arte e arquitetura, de que é exemplo 1 Rs 5, 18-25, forneceram projetos e artesãos para construções, como o templo de Salomão. No primeiro século d.C., cristãos de Jerusalém anunciaram o Evangelho na Fenícia, cujas cidades-Estado haviam sido incorporadas no império romano por Pompeu, em 64 a.C., seguindo-se a conquista romana de Jerusalém e do território da Judeia.

Com Adriano, estabeleceu-se uma outra realidade político-administrativa: a província romana da Síria-Palestina. A palavra *Palaistina*, um aproveitamento da palavra *pelishtim* (filisteus), já havia sido utilizada por Heródoto no século v¹⁴ a.C. nas suas *Historiai*, para os habitantes da costa entre o Carmelo e Gaza:

[E]les [os medos] marcharam contra o Egito: e quando estavam na parte da Síria chamada Palestina, Psammetichus, o rei do Egito, encontrou-os e persuadiu-os com presentes e orações [...] (Hdt, 1. 105)

Os fenícios e os sírios da Palestina reconhecem por si mesmos que aprenderam o costume [circuncisão] dos egípcios [...] (Hdt, 2. 104)

Quanto aos pilares que Sesostris, rei do Egito, montou nos países, [...] eu mesmo os vi na parte palestina da Síria [...] (Hdt, 2. 106)

A quinta província [do império de Dario] era o país (exceto a parte pertencente aos árabes [...]) entre Posideion, uma cidade fundada na fronteira cilícia e síria por Amphiloachus, filho de Amphiaraus, e o Egito; [...] nesta província estava toda a Phoenice, a parte da Síria chamada Palestina e Chipre. (Hdt, 3. 91)

¹³ Unicamente no dicionário de Elliger; et al. (1989: 73) encontramos a sua entrada, embora em Mackenzie (1983: 685) encontremos na de “Palestina” a referência à “Celessíria”.

¹⁴ Trata-se desta palavra e não *palestinoi* (filisteus), referida em Elliger; et al. (1989: 271).

[...] este promontório corre ao lado do nosso mar pelo caminho da Palestina Síria e do Egito, que é no final dele; Neste promontório existem apenas três nações. (Hdt, 4. 39)

Primeiro, os fenícios; eles, com os sírios da Palestina, mobilizaram trezentos. (Hdt, 7. 89)

Nela incorporando todo o território a sul da Síria, esta província romana inclui o território da atual Cisjordânia, uma unidade entre duas partes que, na realidade, constituíam entidades geopolíticas diferentes; uma delas sempre fora importante como ponto de passagem, logo, objeto de controlo por parte dos diversos impérios. A partir daqui, e mais concretamente depois da segunda revolta judaica, o nome de Palestina impôs-se e passou a representar para a Igreja Antiga, como hoje, genericamente a Terra Prometida (entre o Líbano e o Sinai, entre o Mediterrâneo e o deserto sírio-arábico), a designação comum da geografia bíblica.

Também as monografias, os atlas e os dicionários optam constantemente por utilizar a palavra “Palestina” para uma explicação da Filisteia, quando não estamos a falar da mesma realidade histórica. Um dos chamados Povos do Mar, o dos filisteus, de origem egeu-asiática (Dias, 1991: 145-153), fixou-se na planície costeira do Médio Oriente mediante, segundo parece, acordo com os egípcios no início do período do Ferro (XIII - XII a.C.), depois de invadirem o Egito e serem expulsos, conforme documentam os relevos do templo de Medinet Habu. Nele se localiza, igualmente, a primeira inscrição relativa à pentápole filisteia (presente em Js 13, 3 e 1 Sam 6, 17), do reinado de Ramsés III. A liga de cidades era constituída por Ashdod, Ascalon, Gaza, Gat e Ekron. O termo “Filisteia” tem aqui a sua origem, vindo depois a alargar-se a toda a região sul de Canaã.

Todas as grandes batalhas entre as tribos israelitas e os filisteus¹⁵, nos primórdios da sedentarização, ocorreram nesta região, pois, mais do que qualquer outro grupo, os filisteus conseguiram aqui uma hegemonia entre 1150 e 1000 a.C., ou seja, até ao início da monarquia davídica. Nas sociedades, como na religião,

¹⁵ São-nos descritas nos capítulos “A fundação do reino e do exército regular”, “A Monarquia Unida”, “Os Primórdios de Israel” (Gichon; Herzog, 2008: 91-151), com referências às fontes utilizadas.

que lhe pertence, há sempre o problema da tutela do espaço e da legitimidade. Como possíveis introdutores do ferro na região, no século XII a.C., os filisteus eram superiores em armas e organização militar, o que justifica a sua superioridade face aos hebreus na época dos Juízes (1200-1030 a.C.). Coube a David conter os filisteus, os “incircuncisos” de Jz 14, 3 e Jz 15, 18, no seu território original (até aí os filisteus ocupavam toda a zona costeira e as tribos israelitas apenas a montanha central — a estrada da montanha de Gn 12, 8-9), mantendo-se as cidades filisteias independentes até à expansão assíria do século VIII a.C. Em Ez 13, 17, a “estrada” que ligava o Egito à Terra Prometida é chamada “estrada da terra dos filisteus”, sendo defendida pelos egípcios com os Muros do Príncipe. O espaço da Filisteia era e continuou, portanto, a ser a zona costeira que servia de corredor de passagem e que atraiu ao longo dos séculos vários grupos para aí se fixarem, pois é rica e fértil, situada no coração do Crescente Fértil — um paraíso estratégico para quem o pudesse controlar.

Perante o que constitui o mundo bíblico, José Augusto Ramos destaca “o mundo de toda a região da Síria-Palestina”, a ele ligado “de forma mais direta” (Ramos, 1996-1997: 155).

TERRA DE ISRAEL, UMA TERRA APARTADA POR YHWH

A “geografia simbólica” (Alves, 2011: 12) é um dos vetores escolhidos pelos autores bíblicos para transmitir uma mensagem teológica, isto é, trata-se de uma geografia como lugar teológico. Apoiar-se, contudo, em todas as outras dimensões da geografia, entre elas a geografia física, a qual permite compreender o quadro em que os autores bíblicos situam a sua narração. A caminhada do deserto em demanda de uma terra, conhecida e apresentada como a Terra Prometida aos antepassados do povo eleito, está entre o paradigma natural das tribos, o da vida nómada: “O SENHOR mostrou-lhe toda a terra, desde Guilead até Dan, todo o Neftali, o território de Efraim e de Manassés, todo o território de Judá até ao mar ocidental, o Négueb, o Quicar, no vale de Jericó, cidade das Palmeiras, até Soar” (Dt 34, 1-4).

As categorias mítico-teológicas que ligam a Terra Prometida ao Egito exprimem uma profundidade de relações, para além de uma afirmação de liberdade que

se enraíza no êxodo¹⁶. “Há uma longa história comum entre os dois povos, que a lenda não leva em conta” (Briquel-Chatonnet, 2006: 193)¹⁷. A narrativa bíblica procura combinar a entrega da terra por parte de YHWH com a conquista, face à presença de tribos canaaníticas e filisteias. Apercebemo-nos da existência de três zonas demarcadas que a constituem. Trata-se de uma terra santa (*qôdes̄*) ou santificada, isto é, apartada pela entidade divina e, assim, inviolável, íntegra: a zona costeira, *Shefelah*, do mar ocidental com as suas colinas; a montanha central das tribos da Casa de José e do território de Judá; e o vale do Jordão.

Temos diversas tradições sobre a conquista, particularmente presentes nos livros de Josué e dos Juízes. Segundo Js 10, 11, no primeiro impacto dos hebreus com a terra, temos duas grandes batalhas de duas coligações de cidades canaaníticas: a sul-centro, contra a coligação que era chefiada pelo rei de Jerusalém (Js 10); e a norte, contra o grupo que era comandado pelo rei de Hazor (Js 11). É na sequência destas vitórias que se diz que “Josué conquistou, assim, toda a terra: a montanha, todo o Négueb, todo o território de Góchen, a planície, a Arabá, o planalto de Israel e suas planícies (...)” (Js 11, 16). É interessante verificar, no Livro dos Juízes, que não existia nenhum vínculo político, comercial ou social entre os diversos grupos, tratando-se, pelo contrário, de grupos étnicos bem diferentes, com guerras umas vezes a sul, sob a pressão dos egípcios, e outras a norte, perante a ameaça dos povos vindos sobretudo da Mesopotâmia — babilónicos, hurritas, sírios —, diferentemente da conquista rápida referida no Livro de Josué. Neste quadro histórico das origens, não há qualquer indício de festas comuns, de santuários ou de uma administração central.

Há certamente tribos ou grupos de tribos que sempre habitaram a zona, mesmo sendo nómadas e vindo a fixar-se mais tarde, como a de Judá. Outras

¹⁶ Apesar disso, veja-se que “um grupo de pessoas que se chamavam a si mesmas Hebreus talvez tenha tentado fugir, de forma bastante organizada — mas um grupo pequeno, algumas famílias, e não seiscentos mil homens e suas famílias: este número constituiria quase toda a população do Delta!” (Briquel-Chatonnet, 2006: 196).

¹⁷ “Também se deve insistir no facto de as relações dos Hebreus (e, depois, os Judeus) com o Egipto não se limitarem ao ‘antes de Moisés’ e não se terem extinguido de repente, como deixa entender o relato do Êxodo” (Briquel-Chatonnet, 2006: 193). Sobre esta problemática, veja-se Briquel-Chatonnet, 2006: 189-213.

tribos, mesmo descendo ao Egípto, podem ter sido expulsas (Ex 12, 39) num período anterior ao do grupo “de Moisés”, tendo encontrado o seu espaço de sedentarização na zona costeira, a norte. Outro grupo, com as tribos da Casa de José-Efraim, entrou a partir da Transjordânia, das montanhas de Moab, e ocupou a região central.

O peso e importância de Judá, bem como a predominância que sempre teve no conjunto do povo, tanto no tempo do reino de David e Salomão como, mais tarde, no período da monarquia dividida, mostram que foi sempre um caso singular, tendo assumido uma forte centralidade. Zacarias alude a Judá como uma porção que “o SENHOR possuirá [...] na Terra Santa” (Zc 2, 16). Podemos dizer que na origem da unidade do povo de Israel, nome coletivo das doze tribos e que responde à tentativa de apresentar realidades histórico-sociológicas sob um esquema genealógico, estão pressupostos dois núcleos tribais, com as suas próprias tradições: a Casa de Israel, a norte, e a Casa de Judá, a sul.

Israel é o nome que mais ocorre na Bíblia. Representa, no entanto, quatro realidades diferentes: Jacob, o Reino do Norte, o Povo dos hebreus e a Terra. Este último, Terra de Israel, é herdado de um grupo cujas tradições patriarcais o unem ao patriarca Jacob. As tradições de Jacob-Israel ficaram ligadas às tribos do centro e norte do território, aquelas que tiveram mais predominância no pequeno êxodo e que se fixaram na região da Samaria. Trata-se de uma origem que as vinculava a uma génese libertadora de um “caos”, comum nas antigas civilizações. O nome assentava inicialmente nas tribos da montanha efraimita (Samaria e Baixa Galileia), incluindo Benjamim. Para tal aponta o grupo da estela de Mernepthah (1220 a.C.), com a primeira menção conhecida a Israel-Canaã. A designação estendeu-se paulatinamente à Transjordânia e às tribos da Baixa Galileia, mas não a Judá.

A união *pessoal* dos reinos de Israel e de Judá sob David não alterou as coisas: nunca se falou no século x a.C. em *todo* o Israel como *reino* de Israel e, desfeita a união, os reinos de Israel e Judá viveram do mesmo modo. Com a morte de Salomão, o Reino do Norte tomou o nome de Reino de Israel, passando a designar o conjunto do território que era ocupado pelas dez tribos que se separaram de Judá. Reconhecendo o Deuteronomio, em 622 a.C., e adotando o nome de Israel

também para Judá¹⁸, Josias deu um impulso prático a esta evolução, numa época em que a tomada da Samaria já tinha sucedido há um século e havia desaparecido aquela realidade geopolítica.

NOTA FINAL

Apercebemo-nos de como o universo político-religioso está relacionado com o *constructo* do espaço, arrastando ideias, imagens e valores, denominados por Fernando Catroga “lugares de memória” (Catroga, 2015: 23), construtores de um arquétipo. O arquétipo estudado é caracterizado por uma dinâmica integradora: a Terra Bíblica abarca, no seu enraizamento histórico, a antiga Canaã. O sistema de relações/fidelidades/vínculos que a partir dela se criaram potencializou conceptualizações: passou a ser uma Terra Prometida; mais tarde, a Palestina dos romanos... a identificação desta com a Terra Bíblica tem muito que ver, não com o império romano que a demarcou territorialmente e que lhe deu nome, mas com a religião que, a partir deste território, se difundiu: o cristianismo. Os cristãos, nos seus diversos locais, viram a Palestina de Jesus como a sua Terra Bíblica. Assistimos, ainda hoje, à sua dificuldade em chamar Israel ao território político que em tão pouco tempo absorveu a duradoura Palestina.

Neste estudo, os espaços “de diferenciação” (Petitot, 1987: 12) enumerados e historizados são de uma importância fundamental, pois só pela sua identificação se obtém um “global singular”¹⁹ que expressa um universo mental no seio do espectro de observação alargado da História das Religiões.

¹⁸ Recuperado em 1948 para designar o Estado de Israel.

¹⁹ Segundo Jean Petitot, este é um espaço homogéneo “não-marcado” (Petitot, 1987: 73). A leitura de Dias (1993) é vantajosa para mais referências de fontes relativamente às designações estudadas.

BIBLIOGRAFIA

- A Bíblia de Jerusalém* (1985). São Paulo: Edições Paulinas.
- Alves, Herculano (2011) (Coord.). *História e geografia do povo bíblico*. Fátima: Difusora Bíblica.
- Bíblia Sagrada. Tradução Interconfessional* (2003). Lisboa: Difusora Bíblica.
- Born, Adrianus van den (1985) (Red.). *Dicionário enciclopédico da Bíblia*. Trad. Frederico Stein. Petrópolis: Vozes.
- Briquel-Chatonnet, Françoise (2006) (Org.). *A Bíblia*. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70.
- Calame, Claude (2012). Comparatisme en histoire anthropologique des religions et regard transversal: le triangle comparative. In Claude Calame; Bruce Lincoln (Eds.), *Comparer en histoire des religions antiques: controverses et propositions* (189-213). Liège: Presses Universitaires de Liège.
- Catroga, Fernando (2015). *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Chwartz, Suzana (2014). *Via Maris: textos e contexto da Bíblia Hebraica*. São Paulo: Humanitas.
- Curtis, Adrian (2007) (Ed.). *Oxford Bible Atlas*. Oxford: Oxford University Press.
- Delumeau, Jean (1996). Verité historique et vérité de foi. Ce que la foi apporte à l'historien. In Jean Delumeau (Dir.), *L'historien et la foi* (279-297). S. l.: Fayard.
- Dias, Geraldo Coelho (1991). Os “Povos do Mar” e a “Idade Obscura” no Médio Oriente antigo. *CADMO*, 1, 145-153.
- Dias, José Amadeu Coelho (1993). *Hebreus e Filisteus na Terra de Canaã: Nos pródomos da questão palestiniiana*. Tese de Doutoramento, FLUP.
- Elliger, K.; Obermayer, H.; Speidel, K.; et al. (1989). *Dicionário bíblico*. Trad. António Vieira. Porto, Lisboa: Editorial Perpétuo Socorro e Difusora Bíblica.
- Gichon, Mordechai; Herzog, Chaim (2008). *As batalhas da Bíblia. Uma história militar do Antigo Israel*. Trad. Miguel Mata. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Grabner-Haider, Anton (1975). *Vocabulário práctico de la Bíblia*. Barcelona: Herder.
- Green, Jay Patrick (2005) (Ed.). *The interlinear Bible*. Massachusetts: Hendrickson Publishers Inc.
- Israel e Judá. Textos do antigo Oriente Médio* (1985). São Paulo: Edições Paulinas.
- Mckenzie, Jonh L. (1999). *Dicionário bíblico*. S. trad. São Paulo: Paulus.
- Penkower, Jordan (2004). The development of the Masoretic Bible. In Adele Berlin; et. al. (Eds.), *The Jewish Study Bible* (2077-2084). Oxford: Oxford University Press.
- Pérez Largacha, Antonio (2003). El Mediterráneo Oriental ante la llegada de los Pueblos del Mar. *Gérion*, 1, 27-49.

- Petitot, Jean (1987). Sistemas de referência. In Jean Petitot (Coord.), *Enciclopédia Einaudi. Local/Global*, Vol. 4. (11-17, 72-73). Trad. Fernando Gil. S. l.: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pires, Nuno Lemos (2018). O fator religioso nos conflitos. *Revista de História das Ideias*, 36, 2, 265-286.
- Pritchard, James B. (1996) (Dir.). *Atlas bíblico*. Trad. Fernando Melro. S. l.: Zairol.
- Ramos, José Augusto (1996-1997). A Bíblia e o seu mundo. *Revista da Faculdade de Letras*, 21-22 (5), 155-196.
- _____ (1991). Ugarit, Fenícia e Canaã: questões de metodologia e delimitação historiográfica. *CADMO*, 1, 45-63.
- Rosenberg, Rabbi A. (s. d.) (Ed.). *The complete Jewish Bible with Rashi Commentary*. New York. Consultado a 09-01-2019, https://www.chabad.org/library/bible_cdo/aid/8165